

O PAPEL DO MEDO: COMO A EXTREMA DIREITA ENGAJOU O PÚBLICO A PARTIR DE AMEAÇAS INEXISTENTES¹

THE ROLE OF FEAR: HOW THE FAR RIGHT ENGAGED THE PUBLIC THROUGH NON-EXISTENT THREATS

Edson D'Almonte

Professor do Departamento de Comunicação da Graduação e Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É pesquisador e membro do comitê gestor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT/DSI). *E-mail:* edsondalmonte@gmail.com.

Priscilla Dibai

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É bolsista de pós-doutorado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT/DSI). *E-mail:* pdibai@gmail.com.

¹ Financiamento: Conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq; 3089538583896270), INCT-DSI. Conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Código de Financiamento 001.

RESUMO

Este artigo discute estratégias de engajamento popular adotadas pela extrema direita brasileira, em plataformas *on-line*. Ao longo do trabalho, sugerimos que narrativas de medo e pânico foram fomentadas de forma sistemática nos grupos de apoio ao então presidente Jair Bolsonaro, a fim de direcionar a opinião e insuflar apoiadores. Um aspecto relevante dessa estratégia, que usa o medo como instrumento de manipulação política, é que diferentes temas foram modalizados sem qualquer relação com fatos da realidade. Assim, constatamos a dinâmica intencional de fraudar ou fabricar enredos para espalhar ameaças, como se o país estivesse sob grande risco, a agitar e polarizar os partidários em torno de causas, interesses e inimigos do espectro. Em apoio à nossa hipótese, apresentamos brevemente os casos: “comunismo iminente”, “ideologia de gênero e banheiros unissex”, “cristofobia”, “abortismo em massa” e “racismo reverso”. De 2019 a 2022, nossa pesquisa acompanhou um grupo bolsonarista hospedado no Telegram (Exército do Bolsonaro). A análise se debruçou sobre a conversação grupal, a partir de datas e acontecimentos de interesse. O método utilizado para análise foi a etnografia.

Palavras-chave: comunicação; extrema direita; pânico morais; grupos *on-line*.

ABSTRACT

This article discusses popular engagement strategies used by the Brazilian far right on online platforms. Throughout the work, we suggest that narratives of fear and panic were systematically fostered in groups supporting then-president Jair Bolsonaro in order to direct opinion and spur supporters. A relevant aspect of this strategy that uses fear as an instrument of political manipulation is that different topics were modalized without any relation to real facts. Thus, we observe the intentional dynamics of fraud or fabrication of plots for threats, as if the country were at great risk, to agitate and polarize supporters around causes, interests and enemies of the spectrum. In support of our hypotheses, we briefly present the cases: “imminent communism”, “gender ideology and unisex bathrooms”, “Christophobia”, “mass abortion” and “reverse racism”. Our research followed a pro-Bolsonaro group hosted on Telegram (Bolsonaro's Army), between 2019 and 2022. The analysis focused on a group conversation, based on data and events of interest. The method used for the analysis was ethnography.

Keywords: communication; far right; moral panics; online groups.



Apresentação

A (re)ascensão de uma direita mais radical tem impactado lutas político-midiáticas não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo. Evidentemente, os conteúdos e as estratégias variam conforme o tempo-contexto. Enquanto na Europa os partidos apoiam suas imagens na ameaça percebida do Islã ou no forjamento de identidades nacionais em risco (Mudde, 2021; Wodak, 2015), no Brasil, o marco é a defesa de uma agenda conservadora-reacionária cristã (e até fundamentalista), com tentativa explícita de ruptura democrática. Mesmo com essas variações, as formas do agir político do espectro têm interessado cada vez mais à Ciência, sobretudo pelas desordens democráticas geradas.

Neste artigo, nossa proposta é discutir o papel dos pânicos morais enquanto estratégia da comunicação bolsonarista, a fim de compreender o uso recursivo e intencional do medo nos processos de manipulação da opinião e de engajamento do público. Nesse sentido, verificamos que diversos temas foram instrumentalizados e manipulados para incitar ou reforçar fobias sociais, principalmente relacionados à moralidade e à agenda antissistema, transformando preocupações grupais em perigos iminentes, independentemente de tais alertas terem comprovação empírica ou apoio em evidências.

Dessa forma, assuntos como “comunismo iminente”, “banheiros unissex que expõem crianças à pedofilia”, “perseguição a cristãos por serem cristãos (‘cristofobia’)”, “fábricas mundiais de aborto em massa” e até “racismo reverso” foram fabricados e difundidos nessas redes, como se fossem ameaças reais ou “prestes a acontecer”. Insistimos que esses enredos fictícios não são distribuídos à toa, mas têm objetivos claros: manter o estado de alerta e pânico, bem como orquestrar a reação/rejeição da militância ao tema em destaque.

Para a análise, debruçamo-nos sobre a narrativa produzida em comunidade *on-line* de apoio ao presidente/governo, chamada “Exército do Bolsonaro”, hospedada na plataforma Telegram. Acompanhamos o grupo durante o período de 2019 a 2022. Com média superior a 30 mil integrantes (tendo chegado ao máximo computado de 43 mil membros), esse espaço se configurou como importante lugar de produção e difusão de valores, crenças e práticas relacionadas à luta da extrema direita.

Para trabalhar os dados, utilizamos como metodologia a etnografia, adotando procedimentos como imersão no objeto analisado, caderno de campo, possibilidade de constante revisão e alteração de rumos, observação detalhada dos processos e identificação de padrões. Tanto trabalhamos com acontecimentos de grande repercussão grupal quanto com temas específicos, a monitorar os sentidos atribuídos em relação à raça e gênero em diferentes momentos e tempos.

Discussão com a literatura

Do ponto de vista do conceito, o que nos interessa é o medo como estrutura para o engajamento na vida social (Wodak, 2015). Nosso foco são os medos fomentados e sistematizados – e suas respectivas fontes culpáveis – que agentes políticos² utilizam para legitimar suas propostas políticas. Tal qual Wodak (2015), consideramos importante compreender como o extremismo de direita tem usado esse afeto/discurso de forma contínua para construir um terreno coletivo comum e dar cabo à sua luta.

Pensando na montagem artificial dessas campanhas discursivas, buscamos reflexão na teoria do pânico moral (Cohen, 2011; Critcher, 2015; Falkof, 2020; Goode; Ben-Yehuda, 2009; Hall *et al.*, 1978; Machado, 2004; Thompson, 2005), de modo a dar conta do que chamamos de “ondas reativas de medo e ameaça”, que construíram, a partir da imersão no digital, um estado de pânico cíclico, hostil e segregativo nas redes bolsonaristas, ameaçando não apenas valores da democracia, mas as próprias instituições e procedimentos democráticos.

Na teoria clássica dos pânicos, Stanley Cohen (2011) chama a atenção para a possibilidade de alguns empreendedores morais, a partir da exploração de angústias da sociedade, construir problemas que não necessariamente existem, forjando inimigos para ameaças nem sempre existentes. Nesse sentido, o pânico é apresentado como o esforço calculado de determinado grupo em transformar incidentes pontuais em episódios morais negativos e drásticos, que tendem a se voltar, no geral, contra sujeitos/grupos vulnerabilizados, com fins de controle e restrição de seus direitos.

Compreender as fases das campanhas de pânico também é fundamental, de modo a identificar suas ocorrências e até dissonâncias. Na proposta de Cohen, o inventário é a primeira etapa e consiste na organização dos rumores e das visões ainda dispersas sobre a situação incômoda. É o momento em que o acontecimento é construído como problema social, com definição do enquadramento que vai nortear a interpretação subsequente. A drasticidade, o excesso, o enviesamento e a estereotipização já surgem nessa etapa.

A segunda fase concentra-se em dar significado ao problema, mobilizando opiniões e comportamentos, emoção e intelecto (Machado, 2004). Inclui o deslocamento do factual para o interpretativo, secundarizando a ocorrência em si e preenchendo-a de significações vazias, afetos negativos, especulações e conspirações. A partir daí, danos são ventilados, alertas são emitidos e a ação desviante é associada a outros temas também reconhecidos como fontes de deterioração social, a superdimensionar o risco. Agentes da desordem são rotulados e convertidos em “*folks devil*”, ou seja, “demônios” da sociedade (Cohen, 2011).

² Concordamos que tanto liberais quanto conservadores se valem do medo para potencializar suas causas. Embora possam divergir em seu objeto, é indiscutível que ambos os lados exploram esse afeto para fins políticos.



A terceira e última etapa diz respeito à sensibilização da opinião pública. Nesse momento, a audiência é induzida a crer que o problema será recorrente e atingirá, perniciosamente, todo o corpo social. Assim, uma rede de atores é convocada a se mobilizar para conter e reprimir o desvio. Nessa etapa, os fomentadores do pânico disputam consenso social, a partir da rejeição não apenas dos sujeitos diretamente desviantes, mas também dos simpatizantes, forjando a existência de um “lado mau” altamente danoso e articulado. Nesse ponto, os empreendedores do pânico insistem que fronteiras morais foram corroídas e a coesão da sociedade passa a ser buscada pelas vias da exclusão e/ou do controle dos grupos adversários (Cohen, 2011).

Enquanto processo de manipulação discursiva, as campanhas de pânico implicam uma série de prejuízos à democracia, principalmente produção de ódio social, espalhamento de preconceito contra determinados grupos, desinformação intencional e enfraquecimento do debate público racional (Cohen, 2011; Hall *et al.*, 1978). O quadro se agrava diante da falta de regulação das plataformas digitais (D’Almonte; Santos, 2024), de modo que tais narrativas passaram a circular de maneira mais intensa e contínua, com traços cada vez mais exagerados, conspiratórios, hostis, desproporcionais e segregativos, alimentados por uma maioria anônima, de forma frenética e atualizada. Divergências passaram a ser constantemente vigiadas e denunciadas, tornando a “guerra” contra os inimigos mais efetiva, retroalimentável e quase permanente (Walsh; Hill, 2023).

Para além disso, a teoria marca aspectos históricos do agir político da extrema direita, em destaque: autoritarismo, anti-igualitarismo e polarização máxima da sociedade (Laqueur, 1996; Mudde, 2021). O falseamento do real também aparece com destaque, especialmente nos estudos de Hannah Arendt (2012; 2016) e Federico Finchelstein (2020). Essa característica é particularmente relevante para nosso tema, porque enfatiza a produção intencional de mentiras e teorias conspiratórias como estratégia política de líderes/regimes de extrema direita, tanto no nazifascismo – nos anos 1920/1930 (Arendt, 2012) – quanto atualmente (Finchelstein, 2020).

Arendt (2012; 2016) afirma que líderes autoritários ficcionalizam o real, falsificando a realidade para forjar o mundo à semelhança de suas crenças, independentemente dos fatos e das provas. Esses esforços, argumenta, não são meros caprichos, mas visam isolar, organizar e controlar os cidadãos, a partir da manipulação sistemática da informação. Arendt acredita que a suscetibilidade da população às mentiras da liderança tem a ver com ressentimento e frustração, como reação ao desejo inatingível de estar em um mundo absolutamente coerente, compreensível e previsível. É, nas palavras da filósofa, uma “revolta ao realismo”, ao bom senso e às plausibilidades do mundo. Nesse sentido, rende-se à ficção e à fuga da realidade para reagir à decadência, ao arbitrário e à perda de *status* social (Arendt, 2012).

Mais recentemente, Finchelstein (2020) proclamou o retorno das mentiras ideológicas ao poder, com a ascensão da extrema direita. Ele detalha que atores desse espectro costumam questionar a realidade mesmo sem provas, corroborando mitos e espalhando ódio, paranoias e

conspirações. Apesar de tão velha quanto a política, a mentira produzida pela extrema direita tem características distintivas: são desproporcionais, sistemáticas e apelam ao simples e ao absoluto. Para além disso, eles negam o que são e como agem, atribuindo à própria periculosidade e virulência aos inimigos (Finchelstein, 2020).

Análise

Comunismo iminente

Historicamente, a aversão ao comunismo³ tem sido um trunfo dos apoiadores da extrema direita para manipular a opinião pública. Foi assim nos anos 1930, quando Plínio Salgado usava seu jornal *A Razão* para difundir narrativas anticomunistas e alinhadas ao fascismo italiano (Chauí, 2014). Foi assim na ditadura militar de 1964, com a institucionalização e radicalização da política de caça aos comunistas (Starling, 2019).

Mais recentemente, a agenda voltou com força total, com os movimentos antipetistas fortalecendo o jargão “Minha bandeira nunca será vermelha”. Olavo de Carvalho⁴ foi um dos atores da extrema direita que atuou ativamente *on-line*, propagandeando teorias conspiratórias para manter ativa a ira anticomunista (Messenberg, 2017), a partir dos termos “marxismo cultural”, “globalismo” e até “politicamente correto”, que ganharam conotações negativas e alarmistas para reforçar o comunismo como algo socialmente ultraperverso.

O próprio Bolsonaro, antes de se eleger presidente, já atacava o que chamou de “proximidade ideológica” entre Brasil e Cuba e Brasil e Venezuela (Dibai, 2018). Chegou a mencionar o comunismo no seu voto pelo *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016: “Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff” (Bolsonaro..., 2021), produzindo uma das falas mais questionáveis da política nacional recente. Já eleito, mencionou na reunião de abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2020, que o Brasil estava à beira do socialismo (Galvão, 2021). No mesmo ano, falou em “sombra do comunismo” e derramamento de sangue de brasileiros por liberdade (Em pronunciamento..., 2020).

Em relação aos dados da pesquisa, o comunismo apareceu em momentos decisivos, como na soltura de Lula da prisão, em 2019, e na pandemia de covid-19, entre 2020 e 2022. De forma geral, o tema foi performado como ameaça iminente, cujo poder de destruição ameaçava a “civilização brasileira” e “o futuro das novas gerações”, de modo que os verdadeiros patriotas

³ Comunismo é uma corrente político-teórica, cuja perspectiva passa pela superação do modo de produção capitalista, a partir de lutas e protagonismo da classe trabalhadora de todo o mundo. Inaugurada pelos ideólogos Karl Marx e Friedrich Engels, essa teoria tem servido, ao longo do tempo, de inspiração às diversas formações de esquerda e, na via contrária, de refração por parte da direita.

⁴ Olavo de Carvalho se autoproclamava filósofo, mas não teve carreira acadêmica formal. Com o passar do tempo, envolveu-se mais diretamente com produção e espalhamento de teorias conspiratórias de extrema direita, as quais divulgava em livros e redes digitais. Ele foi apontado como guru de Bolsonaro, pela ligação estreita que mantinham. Em 2022, Bolsonaro lamentou sua morte e o considerou “um dos maiores pensadores da história do país”.



deviam manter-se vigilantes e atentos. Os enredos mantiveram tom convocatório e tinham a função clara de amedrontar e engajar a militância. Ao mesmo tempo em que posicionavam a esquerda como principal inimiga, como fonte produtora de desordem, apresentavam o bolsonarismo como freio e salvação ao caos e perigo iminente.

A extrema direita apelou para o que Ab'Saber (2018) chamou de “comunismo inexistente”, ou seja, a convocação de uma ameaça que não existia como tal, mas que era capaz de insuflar sentimentos negativos o suficiente para atrair, mobilizar e unificar adeptos. Nos dados analisados, a iminência comunista apareceu como algo totalmente maléfico e abrangente, destruindo da economia à religião, do social à cultura. Nesse sentido, foi performado como uma estrutura antifamília, antidireitos, antiliberdade, antirriqueza, anticristianismo e antivilizatório.

No episódio da saída de Lula da prisão, em 2019, o pavor ao comunismo foi inserido nas redes, a partir do risco de “marchas sangrentas”, “ataques a Brasília” ou “articulações entre a cúpula do comunismo mundial para tomar o governo”. Durante a pandemia de covid-19, a ofensiva envolveu repulsa à China e conspiração contra organismos multinacionais (como ONU ou Organização Mundial da Saúde), acusadas de executarem planos de dominação global. Nesse sentido, a crise sanitária foi performada como “estratégia chinesa para dominar o mundo”, “virose criada em laboratório” ou “projeto para transformar os cidadãos em marionetes do globalismo” (Dibai, 2024).

Imagem 1. Exemplos de discursos contra o comunismo.



Fonte: Exército do Bolsonaro ([entre 2019-2022]).

Falsearam a existência de “articulações do Foro de São Paulo para derrotar Bolsonaro” (Dibai, 2024), ressuscitaram a União Soviética como estrutura de poder internacional e pré-anunciaram ações violentas e “atos imorais” pela esquerda. O comunismo foi forjado como seita satânica, sendo Karl Marx e Friedrich Engels (teóricos fundadores do marxismo) citados como adoradores do diabo, praticantes de orgias sexuais e “marginais que não se integraram na sociedade ocidental”. As associações buscaram gerar medo máximo: “missas negras”, “ritos satânicos”, “adoração do mal”, “sangue do sofrimento infantil” (Dibai, 2024) etc.

A vinculação ao satanismo não é impensada nem rara. Sempre que um grupo se sente excessivamente ameaçado, tende a apelar a poderes obscuros, mágicos e altamente destrutivos, intensificando a repulsa ao tema. O pavor às forças satânicas assombra a sociedade há séculos e influencia severamente seus comportamentos (Furedi, 2015). Segundo Furedi (2015), foi através da promoção do pavor à bruxaria – em um dos primeiros pânicos morais de que se tem notícia, o de caça às bruxas – que o alarmismo moderno realmente se concretizou.

Gomes (2019) tem afirmado que a ameaça anticomunista é estapafúrdia e não resiste aos fatos, porém funciona, enquanto manobra de engajamento. Tanto tem efetividade que a militância compartilha, interage e incorpora tais ideias. A generalização e o esvaziamento em torno do assunto são tamanhos que o comunismo deixou de ser visto como uma alternativa ao capitalismo, do ponto de vista econômico, para se transformar em mentalidade, valores, estilos de vida, atitudes e inclinação política (Gomes, 2019).

Ideologia de gênero e banheiros unissex

No interior da luta contra avanços nas áreas da sexualidade e reprodução, a chamada “ideologia de gênero” perdura como agenda de destaque. Gestada há quase 30 anos (Miskolci; Campana, 2017), tem ancorado diferentes pânicos, que são reciclados e incrementados ao longo do tempo. Uma das campanhas de medo mais marcantes dos últimos anos foi o “*kit gay*”, difundido antes das eleições de 2018, em que apoiadores direitistas davam como certa a existência de uma ideologia perversa e pervertida, patrocinada pela esquerda, que convertia crianças em *gays*/lésbicas.

O enredo invertia, propositalmente, educação sexual nas escolas em política mal-intencionada de erotização infantil; e material explicativo sobre gênero e sexualidade em *kit* didático que forçava meninos e meninas a relações homossexuais. O professor primário que concordasse com isso virava um vilão e, assim, a instituição Escola foi performada como lugar inseguro e ameaçador. Alertas massivos e dramáticos instigavam os pais a realizarem vigilância contínua sobre a unidade escolar e os professores, no sentido de “resguardar”, eles mesmos, com as próprias mãos, o “futuro” e a “dignidade” dos filhos (Dibai, 2024).

Neste artigo, focamos o pânico moral construído em torno dos banheiros multigêneros,⁵ assunto inserido na esfera pública pela esquerda, mais especificamente pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A proposta recebeu oposição quase simultânea, com os apoiadores do então presidente rebatizando-a pejorativamente de “banheiro unissex na escola”. A partir desse enquadramento, o bolsonarismo montou uma versão distorcida que localizava estrategicamente os banheiros compartilhados na escola primária, e não em espaços adultos, como bares, restaurantes ou escritórios, por exemplo.

⁵ A proposta originária visava que pessoas trans, não binárias e outras identidades usassem o sanitário sem se sentirem discriminadas ou desconfortáveis por sua condição de gênero.



No universo da infância, simularam imagens de meninas e meninos inocentes e vulneráveis nos sanitários, que, sem roupa, se misturavam a homens adultos mal-intencionados. Não raro, usaram os termos “nossos filhos” ou “nossa família” para aproximar a ameaça dos pais, potencializando a sensação de desproteção e agudizando a repulsa à temática. A campanha de pânico mobilizou afetos negativos, conformando os banheiros multigêneros como risco de violência infantil, incluindo estupro e pedofilia. O estado de alerta apelava à autoridade dos pais, que deviam vigiar os filhos, a escola, as redes sociais e, mais importante, as tentativas “desesperadas” da esquerda de destruir a família.

Nessa narrativa, notamos um conjunto de medos agregados: a destruição da família, o avanço/naturalização dos “comportamentos” LGBTQIAPN+ e crimes envolvendo crianças. Como afirma Cohen (2011), é comum embutir, na montagem do discurso de pânico, outras agendas que geram preocupação e angústia, de modo a aumentar a percepção de danos, a drasticidade em torno do incômodo e a mobilização buscada.

Não à toa, o bolsonarismo associou os banheiros à pedofilia e ao estupro, violências que, no geral, envolvem alta carga de ojeriza e fúria. Na visão ultraconservadora, só há duas marcações de sexo/gênero possíveis:⁶ quem nasce com pênis (homem) ou quem nasce com vagina (mulher). Qualquer variação nessa montagem seria ilegítima e até pecaminosa. Nesse ponto, a binaridade joga um papel estruturante no pensamento da extrema direita e na manutenção de suas atitudes segregativas.

O par exclusivo “homem e mulher” tem sido, o tempo todo, reivindicado pelos ultraconservadores para converter pessoas LGBTQIAPN+ em ameaças à família e à “vontade de Deus”. A ofensiva ao pluralismo tem sido constante e inflamada desde a ascensão da extrema direita, com Jair Bolsonaro dando novo fôlego a essas campanhas.

Cristofobia

Em outra frente, o bolsonarismo explorou a narrativa “Jesus é travesti” para seguir polarizando a sociedade, a partir da produção do medo, como se o cristianismo estivesse terrivelmente ameaçado pela esquerda e seus “valores invertidos”. A associação de Jesus à identidade transexual foi estrategicamente difundida para produzir rechaço e ira entre os apoiadores, porque outro *ethos* identitário e uma corporeidade destoante da admitida pela tradição patriarcal e europeia foram depositados no divino.

A imagem do Cristo branco, casto, onipotente, heroico e santo se configura, para os reacionários, como inviolável e inquestionável, face à centralidade e temporalidade que a divindade ocupa na organização do mundo desses sujeitos. Aceitar qualquer desmontagem em torno do mito Jesus seria imergir na desordem profunda. Sabendo disso, o bolsonarismo

⁶ Essas classificações são atribuídas no nascimento, a partir dos genitais portados, e produzem uma série de expectativas sociais de comportamento, *performance* e formas de ser/viver.

instrumentalizou o inconformismo dos apoiadores, oferecendo um modelo estrategicamente manipulado do deus tradicional, o qual atribuiu à esquerda, como sinônimo de desrespeito, blasfêmia e ateísmo. Assim, não havia outro caminho aos cidadãos de bem se não se organizar e reagir a essa afronta e insulto.

Os enredos dessa natureza, por vezes, apareceram vinculados a campanhas eleitorais: “não vote em quem não respeita Deus” ou tal candidato não respeita a fé cristã. Para além disso, produziram uma série de narrativas falsas de que igrejas estavam sendo criminosamente incendiadas, crentes perseguidos e lideranças religiosas atacadas. Nesses discursos, o termo “cristofobia” apareceu em letras garrafais, para expressar o suposto ódio da esquerda aos cristãos, bem como para se referir a supostas articulações esquerdistas que visavam erradicar a prática da fé no mundo.

Abortismo em massa

O pânico moral em torno do aborto em massa foi outro enredo sem base factual, amplamente difundido nas redes *on-line* de apoiadores e simpatizantes do presidente Bolsonaro. Conforme as narrativas em circulação, havia uma rede internacional de esquerda, que atuava em favor do extermínio de fetos. Como em todo pânico moral, inverdades, distorções, ameaças, desproporcionalidades e enviesamentos foram severos.

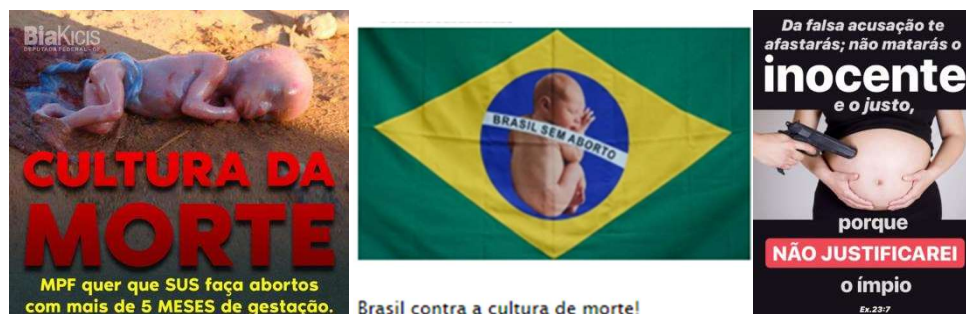
O enredo conspiratório anunciava a existência de uma articulação política capilarizada e poderosa, que reunia diferentes inimigos da direita: mídia, políticos esquerdistas, grupos feministas e líderes globalistas “com grandes reservas financeiras”. Enquanto a turma de George Soros financiaria, as feministas e os comunistas colocariam o sistema em funcionamento, com total conivência dos meios de comunicação, que blindariam qualquer denúncia. Esses atores estariam mancomunados para financiar e operacionalizar “fábricas de assassinar bebês” em todo o mundo, a implantar o que chamaram de “cultura da morte”.

Em risco, estavam o “futuro das novas gerações”, os valores religiosos e as crianças inocentes. A polarização extrema serviu como marcador importante: do lado do bem, estavam os cidadãos “pró-vida”, contra a “cultura da morte”, defensores absolutos de bebês indefesos. Do mal, reuniam-se abortistas, malvados, anticristãos e esquerdistas, membros de uma ideologia sanguinária que desprezava crianças e o “dom da vida”. O estereótipo “abortista” foi generalizado para caber o máximo de opositores possível. Assim, não reunia apenas a mulher/criança que fazia o aborto, mas quem realizava (médicos), autorizava (juízes), apoiava e financiava.

Tal qual a destruição da família, o abortismo em massa obteve *status* de “ideologia perversa” ou “política do mal”, na qual lançaram todo tipo de absurdo, maldade e fúria. A ideia do abortismo em massa encontrava apoio em declarações de Jair Bolsonaro. Junto com Donald Trump, o presidente brasileiro propôs uma aliança internacional em “defesa da família” e contra

políticas abortivas (Chade, 2020). O ex-capitão ainda tentou emplacar portarias e regras para dificultar o aborto em vítimas de estupro, porém sem sucesso.

Imagem 2. Exemplos de discursos contra o aborto.



Fonte: Exército do Bolsonaro ([entre 2019-2022]).

A extrema direita tem performado o tema preferencialmente por meio de crenças religiosas – sempre como conotação de pecado (“só Deus pode tirar vidas”) –, negligenciando os demais fatores que implicam a temática (saúde, lei, fatores contextuais etc.) e tomando a laicidade do Estado como um risco às famílias de bem. Quando contraposta, atualiza sua rede de conspirações, mentiras e medo, utilizando casos isolados de aborto legal como “prova” para suas ficções de indústrias abortistas ou de políticas esquerdistas para dizimar bebês. É comum ainda vincular o assunto do aborto à ideologia de gênero e à pedofilia, aumentando a desinformação, o rechaço e os afetos negativos sobre o tema.

Racismo reverso

Na argumentação bolsonarista que nega a existência de prática racista no país, duas ficções se destacaram. A primeira se ancorou no generalismo mal-intencionado de que “todos são iguais perante a lei” e a segunda, na falsa premissa de que as diferentes raças convivem harmonicamente no Brasil. As duas distorções, no entanto, não são novas no pensamento da extrema direita e perduram séculos.

Em relação à primeira campanha discursiva, vale dizer que a tentativa de fazer crer que a proposta de igualdade prevista na lei existe plenamente na prática tem sido uma estratégia histórica de apagamento do racismo. O jogo argumentativo é simples. Sob o estatuto da igualdade, negam a injustiça; se não há conflito, não há motivos para se modificar nada. Nesse ponto, o apelo à igualdade ressoa como manipulação, como ponto de paralisia e freio a possíveis mudanças nos direitos e na estrutura social.

É provável que as políticas de cotas tenham aumentado o ressentimento dos ultradireitistas em relação ao tema racial. Não sem foco, Jair Bolsonaro expressou que as gestões petistas favoreceram negros, mas penalizaram brancos pobres, tentando construir o sistema de cotas como injusto (Dibai, 2018). Seu filho, o senador Flávio Bolsonaro, expressou opinião semelhante anos depois, ao perguntar, “qual é a diferença entre um branco pobre e um negro pobre? É a cor

da pele, e isso, sem dúvida nenhuma, não é uma ação desejável para um país como o nosso, que pretende se unir” (Agência Senado, 2023).

Se no fim dos anos 1980 a extrema direita se construía ideologicamente “celebrando as diferenças”, ou seja, insistindo na marcação de que o negro era diferente do branco, e, a partir disso, fixando inferioridades e distâncias (Pierucci, 1990); nos tempos atuais parece querer disfarçar o preconceito explícito, apelando para uma suposta igualdade (como se natural) ou manifestando excessiva preocupação com brancos pobres, a fim de, nessas bases, reagir contra a agenda negra emancipatória.

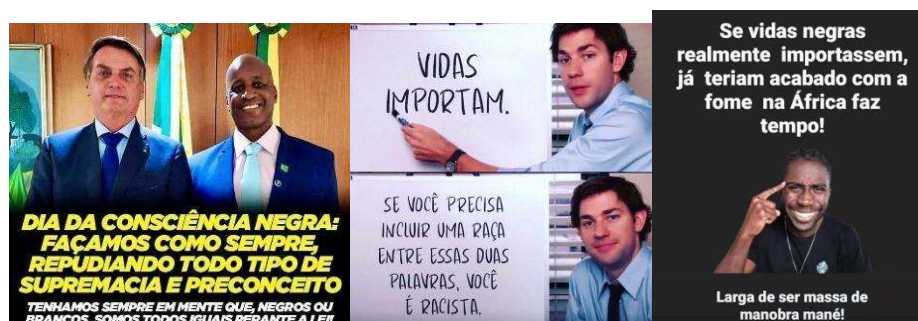
Em relação ao segundo argumento, utilizaram mensagens do tipo “somos um só povo” e “somos todos irmãos” para proclamar a convivência harmônica e apagar as diferenças de raça e classe. Nesse ponto, a intenção era usar a narrativa de conciliação inter-racial para pacificar desigualdades e violências históricas. Em pronunciamento no dia 7 de setembro de 2020, o presidente Bolsonaro afirmou que a miscigenação entre portugueses, indígenas e africanos escravizados produziu um tipo de tolerância orgânica, cujo resultado foi cordialidade e união entre os povos. Não satisfeito, ainda expressou que, da diferença, fizeram-se os iguais, a gerar um legado de “preciosidades culturais, étnicas e religiosas que foram integradas aos costumes nacionais e orgulhosamente assumidas como brasileiras” (Brasil, 2020).

O mito da homogeneidade se confirma como uma tentativa de forjar um Brasil que não existe: sem classes, sem estratificação social, sem injustiças históricas, monolítico e nacionalmente forte. Esse fascínio por uma nação homogênea e um povo nacional coeso rememora e revalida o mito do brasileiro cordial e da total harmonia inter-racial, enredos marcantes no integralismo dos anos 1930. Unindo os signos da igualdade e das “raças amigas”, a extrema direita intencionou converter a cor da pele em fator irrelevante, interpretando a luta antirracista como excesso, divisionismo e “coisa de esquerdista”.

Na ocasião dos protestos Black Lives Matter, em 2020,⁷ os apoiadores tentaram enfraquecer a luta e o protagonismo negro, com narrativas de que “todas as vidas importam e não apenas as negras” ou “contra qualquer tipo de supremacia e privilégio”. Nesse sentido, articularam-se para ressignificar as reivindicações negras como infundadas, excessivas e revanchistas. O movimento negro foi anunciado como beligerante, supremacista e desagregador. Utilizaram simpatizantes do bolsonarismo, tal qual Fernando Holyday, Sérgio Camargo, Hélio Negão e o jogador de futebol Rivaldo, como exemplos de negros amigos e conscientes, que não cederam ao “extremismo negro”. Nessa narrativa, recobram o recurso da polarização, elogiando os negros da direita e atacando os negros da esquerda.

⁷ Quinze dias antes, um policial branco havia assassinado um homem negro, George Floyd, desarmado e algemado, nas ruas de Minneapolis (EUA), o que intensificou os protestos.

Imagem 3. Exemplos de discursos sobre o racismo.



Fonte: Exército do Bolsonaro ([entre 2019-2022]).

No entanto, o argumento mais alarmante foi o de racismo reverso. Essa é uma noção controversa, já que supõe que grupos racialmente hegemônicos são oprimidos por grupos racialmente não hegemônicos, ou seja, que negros perseguem, hostilizam e oprimem sujeitos brancos, em função da cor. Ainda que possa haver casos isolados, não é um fenômeno sistêmico, estrutural e histórico.

Em suas conversas, os apoiadores de Bolsonaro demonstraram grande angústia com uma suposta perseguição ou constrangimento “gratuito” que negros infligiam a brancos. Mensagens afirmaram que brancos estavam sendo acuados “simplesmente por serem brancos”, vítimas de um “movimento negro racista, esquerdista e defensor da violência e da confusão”. O medo se construiu no tom generalizado e ameaçador de que “qualquer um podia ser vítima” e que “todo mundo virou racista” (Exército do Bolsonaro, [entre 2019-2022]).

Notamos ambiguidades em relação ao papel da esquerda, ora acusada de ver “racismo demais” (em especial, o movimento negro), ora de ver “racismo de menos” (no caso do racismo reverso). O caso da fachada de Bolsonaro e seu suposto autor, Adélio Bispo, foi usado para mostrar que foi o homem negro violento quem esfaqueou o homem branco inocente. A base se mobilizou, ainda, para negar a imagem do presidente como racista, produzindo discursos de que ele tem amigos, genro e parentes negros. Nesse caso, evocaram falsas equivalências entre ter algum tipo de contato/proximidade com negros e, só por isso, não ser racista. A tentativa de construir Bolsonaro como “amigo de negros” só reforçou o quão limitada é a temática racial na visão dessa militância, que reduziu e condicionou o tema ao plano dos afetos e das relações pessoais, apagando sua inscrição na política e nos direitos.

Discussão dos dados

Ao avaliar o material selecionado, fica muito evidente a organicidade de um conjunto de enredos ficcionais e extremistas. A partir de tais dados, sustentamos a existência de um padrão comunicativo-político operando nas redes *on-line* da extrema direita, com a instrumentalização do medo e ameaças, a fim de manipular, organizar e controlar a opinião pública. Sem preocupação com a verossimilhança, o bolsonarismo escolhe um tema que gera angústia ou

fobia na sociedade, preenche de perigos e supostos danos e lança em seus grupos *on-line*, dando como certo aquilo que só existe enquanto preocupação ou delírio grupal.

No que diz respeito às características fundantes do pânico moral: preocupação excessiva, hostilidade, generalização, drasticidade, exagero, polarização e distorção dos fatos, o bolsonarismo apresentou correspondência com todas. Contudo, o segmento político foi além, explorando como risco social não apenas temas envolvendo lei e ordem, mas uma gama de outros assuntos. Também não houve apenas distorção dos fatos, mas falseamento intencional da realidade, com campanhas ardilosamente montadas em nome da verdade ideológica, independentemente das evidências existentes. A hostilidade foi elevada ao patamar de xingamento e de preconceito explícito. A drasticidade também recebeu carga máxima, de modo que os inimigos construídos não eram apenas estereotipados e negativados, mas perseguidos, difamados e caluniados. A preocupação excessiva avançou para um estado de alerta e vigilância permanentes, resultando em sequências de pânicos que se renovavam e reciclavam.

No caso da extrema direita brasileira, notamos que a artificialidade e a ficcionalização do real se mostraram presentes e efetivas. Assim, as narrativas de medo empreendidas foram atravessadas pela desinformação, em variadas intensidades, endossando conspirações, paranoias e sentimentos segregativos. Mesmo velhas fobias – como anticomunismo e a temática de gênero/reprodução – ganharam roupagens mais radicalizadas, com espalhamento de versões que apelavam para ideologias perversas de erotização e sexualização de crianças, guerras sangrentas em praça pública ou indústrias “globalistas” para exterminar bebês.

A partir do mote de que o esquerdismo é uma ideologia perversa, que compromete o futuro da nação, a extrema direita insufla uma infinidade de medos, descontentamentos e pessimismos: medo de Bolsonaro perder a eleição e o esquerdismo retornar, medo da implosão dos valores religiosos, medo dos LGBTQIAPN+ destruírem a família tradicional, entre outros. Desse modo, fica evidente que o enfrentamento político não se restringe ao campo das ideias e projetos, mas ao outro, ao adversário, que deve ter sua imagem pública e reputação destruídos, mesmo que com base em falácias ardilosas e folhetinescas infundadas.

Pode-se dizer, ainda, que a extrema direita se apoderou do conceito de pânico moral e estabeleceu um padrão de atuação estratégica e, com o auxílio das redes digitais, conseguiu impulsionar uma série de narrativas que tanto apelavam para riscos iminentes, quanto convocavam para ações de enfrentamento a tal cenário de ameaças. Esse modo circular de comunicação militante possibilitou, e vem possibilitando, a manutenção de um eleitorado engajado, com sentimento de pertencimento a “algo maior”, um projeto de pessoas pretensamente bem interessadas, com capacidade real de votação e eleição de representantes legítimos de suas bandeiras.

Conclusão

A disputa em torno da moralidade foi ancorada nas bases “Deus, família e pátria”, reforçando trabalhos anteriores (Jaremtchuk; Miguel, 2021; Landini, 2018; Miguel; Oliveira, 2021; Miskolci; Campana, 2017). Dessa forma, de modo paranoico e delirante, o divino que tudo vê, a família heterossexual exclusiva e a refundação da pátria serviram como estruturas referenciais de um futuro almejado, porém ameaçado pela pluralidade sexual, pelo pecado, pelo ateísmo, pela corrupção e, como patrocinador disso tudo, o esquerdismo. A combinação “crise e medo” foi basilar para o *modus operandi* do bolsonarismo, favorecendo simplismos, reducionismos, dicotomias (vítima × malfeitor) e a criação de bodes expiatórios que fortaleceram a polarização da sociedade. Com as campanhas de pânico, a extrema direita brasileira agiu para legitimar atitudes excludentes e discriminatórias, inclusive impossibilitando ou silenciando o debate plural.

Acreditamos que a discussão sobre possíveis desordens na comunicação da extrema direita torna-se ainda mais relevante diante da ausência de regulação e de medidas de controle social sobre as plataformas digitais. Assim, narrativas fraudulentas e segregativas continuam a circular de maneira intensa, alimentadas por grupos/pessoas anônimas, que as atualizam com frequência. Além disso, enquanto processo de manipulação discursiva, as campanhas intencionais de pânico implicam uma série de prejuízos à democracia, desde a difusão de ódio social contra grupos socialmente vulneráveis, até o enfraquecimento do debate público racional, tamanho o apelo às emoções, impressão pura e desinformação. Divergências passaram a ser constantemente vigiadas e denunciadas, tornando a “guerra” contra os inimigos mais efetiva, retroalimentável e quase permanente.

O presente estudo não analisou os dados de forma contínua, mas salteada, conforme episódios julgados de relevância no interior da conversação, de modo que os achados estão vinculados a essa condição. Também operamos com intervalos de tempo curtos, em função da grande quantidade de informações em circulação. Como sugestão a pesquisas futuras, seria importante verificar a produção de pânicos morais também entre os apoiadores da esquerda, verificando a relação entre narrativas esquerdistas e factualidade/evidências. Além disso, sugerimos observações em relação à presença de outras disrupções narrativas, como discursos de ódio ou de preconceito explícito nas redes *on-line* bolsonaristas.

Referências

AB’SABER, Tales. Crise, alucinação e mentira: o anticomunismo do nada brasileiro. In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 117-142.

- AGÊNCIA SENADO. Senado aprova atualização da Lei de Cotas. *Senado Notícias*, Brasília, DF, 24 out. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/24/senado-aprova-atualizacao-da-lei-de-cotas>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- BOLSONARO cita Ustra no voto pelo *impeachment* de Dilma. [S.l.: s.n.], 2021. 1 vídeo (1 min30s). Publicado pelo canal Poder360. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o>. Acesso em: 15 set. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. *Presidente Bolsonaro reafirma compromisso com liberdade, democracia e soberania do País*. Brasília, DF: Presidência da República, 7 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/09/presidente-bolsonaro-reafirma-compromisso-com-liberdade-democracia-e-soberania-do-pais>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- CHADE, Jamil; TREVISAN, Maria Carolina. Brasil, EUA e ditaduras se aliam: "jamais haverá direito ao aborto". *UOL*, [s. l.], 22 out. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/22/brasil-eua-e-ditaduras-se-aliam-jamais-havera-direito-ao-aborto.htm>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers*. [S. l.]: Taylor e Francis e-Library, 2011.
- CRITCHER, Charles. Commentary: moral panics yesterday, today and tomorrow. In: CREE, Vivienne; CLAPTON, Gary; SMITH, Mark. *Revisiting moral panics*. [S. l.]: Policy Press, 2015. p. xvii-xxxvi.
- D'ALMONTE, Edson; SANTOS, Alana. Regulamentação das plataformas digitais: entre a soberania digital e o transnacionalismo. *E-Compós*, [s. l.], v. 27, 2024. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2876>. Acesso em: 14 set. 2025.
- DIBAI, Priscilla. *À base do medo: a política do pânico moral na comunicação on-line da direita radical no Brasil*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.
- DIBAI, Priscilla. *A direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso de Jair Bolsonaro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- EM PRONUNCIAMENTO, Bolsonaro cita “sangue derramado” contra a “sombra do comunismo”. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 set. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/em-pronunciamento-bolsonaro-cita-sangue-derramado-contr-a-sombra-do-comunismo/>. Acesso em: 7 set 2020.



- EXÉRCITO DO BOLSONARO. [entre 2019-2022]. 1 mensagem de Telegram.
- FALKOF, Nicky. On moral panic: some directions for further development. *Critical Sociology*, [s. l.], v. 46, n. 2, p. 225-239, 2020.
- FINCHELSTEIN, Federico. *Uma breve história das mentiras fascistas*. São Paulo: Vestígio, 2020.
- FUREDI, Frank. The moral crusade against pedophilia. In: CREE, Vivienne; CLAPTON, Gary; SMITH, Mark. *Revisiting moral panics*. [S. l.]: Policy Press, 2015. p. 201-211.
- GALVÃO, Paulo. Esquerda não é sinônimo de comunismo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [s. l.], 13 dez. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/esquerda-nao-e-sinonimo-de-comunismo/>. Acesso em: 12 maio 2022.
- GOMES, Wilson. O complô comunista como matriz governamental de Bolsonaro. *Revista Cult*, São Paulo, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-complo-comunista-como-matriz-governamental-de-bolsonaro/>. Acesso em: 2 abr. 2023.
- GOODE, Erick; BEN-YEHUDA, Nachman. *Moral panics: the social construction of deviance*. 2. ed. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2009.
- HALL, Stuart *et al.* *Policing the crisis: mugging, the state, and law and order*. [S. l.]: The Macmillan Press, 1978.
- JAREMTCHUK, Dária; MIGUEL, Jorge Luiz. A campanha difamatória contra a exposição Queermuseu. *Revista EcoPós*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 41-63, 2021.
- LANDINI, Tatiana. Pedofilia em museus: quando o antigo conceito de pânico moral se faz presente. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 512-532, 2018.
- LAQUEUR, Walter. *Fascism: past, present, future*. New York: Oxford University Press, 1996.
- MACHADO, Carla. Pânico moral: para uma revisão do conceito. *Interacções*, [s. l.], n. 7, p. 60-80, 2004.
- MESSENBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 621-648, 2017.
- MIGUEL, Luis Felipe; OLIVEIRA, Michel. Pânico moral e ódio à diferença: a estratégia discursiva do “Escola Sem Partido”. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, Pelotas, v. 6, n. 2, p. 261-278, 2021.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez 2017.
- MUDDE, Cas. A direita radical populista: uma normalidade patológica. *Em tese*, Florianópolis, v. 19, n. 1, 2021.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 7-37, 1990.
- STARLING, Heloisa Murgel. O passado que não passou. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 337-354.
- THOMPSON, Kenneth. *Moral panics*. [S. l.]: Taylor e Francis e-Library, 2005.



- WALSH, James; HILL, Dallas. Social media, migration and the platformization of moral panic: Evidence from Canada. *The International Journal of Research into New Media Technologies*, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 690-712, 2023.
- WODAK, Ruth. *The politics of fear: what right-wing populist discourses mean*. [S. l.]: Sage Publications, 2015.